

boletim Evolutionário

Núm. 4, 2ª Série
2º Quadrimestre 2012

Uma única coisa deve importar ao Homem: permanecer de pé entre as ruínas

Um místico das alturas tibetanas

Também neste número:

**Iluminismo e
Revolução**

**A exploração
das origens e
a Tradição**

**Princípios de um
antibolchevismo
positivo**

**O Crepúsculo do
Homem Moderno**



Editorial

Quando demos início a este projecto – o Boletim Evoliano –, fizemo-lo porque tínhamos sido contactados por um homem que veio mais tarde a integrar as nossas fileiras. Aquando do seu recebimento formal na Legião, solicitei a um nosso conhecido camarada da vizinha Espanha que redigisse umas palavras que se vinculassem à cerimónia.

Agora que estamos a poucos dias de receber mais um Legionário, achamos oportuno lembrar, e dar a conhecer, o que na altura foi escrito.

Para o camarada N.:

Um português como tu, que soube ver na inimitável obra que Julius Evola nos legou a mais acertada interpretação possível que da essência da Tradição é possível fazer, não podia senão acabar por convergir no seu périplo existencial com as também portuguesas e evolianas gentes da Legião Vertical. Gentes estas que decidiram um dia dar o passo que vai desde a adesão intelectual à visão do mundo e da existência inerentes ao Mundo Tradicional, até à vivência e colocação em prática dos princípios e valores que sempre caracterizaram o dito Mundo, não se podendo conformar passivamente que em algum momento não voltem a ser hegemónicos.

Pelos meus contactos com o grande camarada A. e por tudo o que li e vi nas páginas da Legião Vertical tenho a certeza de que o N. se integra em algo assim como esse “resto de exército” ao qual declarou desejar unir-se Julius Evola no seu regresso a Itália três anos após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, o magnífico Boletim Evoliano, ao qual o N. deu vida, constitui uma excelente prova da valia desta incorporação de que vai desfrutar a Legião Vertical.

*Pela Restauração da Ordem Tradicional,
Eduard Alcántara – Septentrionis Lux*



Na capa: estatueta de Milarepa

ÍNDICE

Editorial	2
Iluminismo e Revolução	3
A exploração das origens e a Tradição	5
Princípios de um antibolchevismo positivo	9
Um místico das alturas tibetanas	14
O Crepúsculo do Homem Moderno	19

FICHA TÉCNICA

Número 4 (2ª Série)

2º quadrimestre 2012

Publicação quadrimestral

Internet:

www.boletimevoliano.pt.vu
www.legiaovertical.blogspot.com

Contacto:

legiaovertical@gmail.com

Análise

Iluminismo e Revolução

Julius Evola

Já tivemos ocasião de referir que a subversão mundial, mais do que com ideias próprias e à sua maneira positivas, trabalha através da perversão e a deformação de princípios, de ideias e de símbolos opostos, isto é, originariamente tradicionais, mas completamente falsificados no seu significado. Da mesma forma a situação se aplica aos conceitos, como é o caso do “internacional”, da igualdade, do liberalismo e do individualismo. Podemos salientar que tal modo de agir representa uma dupla vantagem; tal como o uso distorcido e a falsificação de certos princípios favorece directamente a causa da subversão, o facto de as correspondentes ideologias conservarem, apesar de tudo, nominalmente, resíduos daqueles mesmos princípios permite outra manobra da guerra oculta: a que consiste em guiar as eventuais reacções não contra a parte doente, mas também, ainda que não de forma essencial, contra as ideias tradicionais, as quais por essa via são postas em condições de não obstaculizar mais ante uma eventual reacção por parte das forças contrarrevolucionárias. Em outros termos, a falsidade serve em tais casos para guiar um golpe contra aquilo que é sadio para propiciar uma confusão geral, em resultado da qual as forças subversivas, obstaculizadas numa certa direcção, encontrarão facilmente uma nova via para conseguir os mesmos propósitos.

Abundam os exemplos de tal táctica. Porém, aqui pretendemos apenas mencionar o tema de passagem e abordar um ponto em particular, relativo ao equívoco do “iluminismo”.

Na linguagem corrente, o iluminismo aparece como sinónimo de

“O termo «iluminismo» em si mesmo remete para um plano que nada tem a ver com o significado que posteriormente lhe é atribuído. Os «iluminados» eram aqueles que tinham recebido uma iluminação espiritual e que, através dessa via, se tinham tornado detentores de um conhecimento superior, supra-racional, supra-individual, que transcendia as faculdades humanas comuns.”

racionalismo, de crítica iconoclasta, de antitradicionalismo. Além disto, é usual vincular iluminismo com maçonaria e judaísmo, sendo por de mais frequente encontrar expressões como “iluminismo maçónico” e “iluminismo judaico”. Reconhecemos que para tais associações de ideias existe uma certa base histórica bastante enigmática, contudo de uma forma equívoca, desenvolvida pela seita dos denominados “Iluminados da Baviera” no século XVIII, nas vésperas da Revolução Francesa. É precisamente neste aspecto que é importante penetrar, pois é o ponto de arranque no processo de inversão e deformação a que fizemos referência.

É um facto que o termo “iluminismo” em si mesmo remete para um plano que nada tem a ver com o significado que posteriormente lhe é atribuído. Os “iluminados” eram aqueles que tinham recebido uma iluminação espiritual e que, através dessa via, se tinham tornado detentores de um conhecimento superior, supra-racional, supra-individual, que transcendia as faculdades humanas comuns. Era, em suma, aquilo que a escolástica católica tinha denominado *intuitio intellectualis* e que, entre os indo-germanos provindos do Oriente tinha sido dado o nome de *bodhi*, termo que significa iluminação, conhecimento sobre-

natural iluminado. Por conseguinte, uma tal conquista não pode ser senão um privilégio de poucos eleitos, de uma minoria de naturezas superiores. Deste modo, parece claro que a doutrina da “iluminação” poderia ter o seu lugar apenas numa concepção geral aristocrática e hierárquica, muito longe de tudo o que implica “revolução” e antitradição.

Para compreender a subversão subsequente do conceito de iluminismo é necessário abordar as relações entre a “iluminação” e o “dogma”. O dogma, tal como sabemos, é a forma assumida no Ocidente, na religião católica, no ensino tradicional, quando se aborda o plano sobrenatural. Este tipo de abordagem deve ser considerado como força das circunstâncias e como algo essencial. O ensino do dogma encontra-se noutras civilizações, mas com outros modos de expressão. A circunstância principal que levou o Ocidente à forma “dogmática” está relacionada com um contexto de uma certa degradação intelectual do homem europeu mais recente, assim como uma marcada propensão para o individualismo e para o anarquismo quanto às mentalidades. A fim de que um determinado conhecimento, que transcende os limites da capacidade comum do intelecto, fosse respeitado e preservado de todos os ataques possíveis, não

havia outra maneira que não fosse atribuir-lhe o título de dogma. Com razão, refere Guénon: "Há pessoas que, para que não divaguem, no sentido etimológico da palavra, têm necessidade de ser mantidas sob tutela, enquanto outras não têm necessidade disso; o dogma é necessário apenas para as primeiras. Do mesmo modo que a proibição de imagens é necessária apenas para aqueles povos que, por causa das suas tendências naturais, são levados a um certo antropomorfismo."

Estas são as verdadeiras relações entre "iluminismo" e "dogma". Inclusive se pode dizer: a iluminação justifica o dogma e consequentemente tudo o que é autoridade, tradição, etc. Pelo contrário, manifesta-se uma gravíssima perversão no momento em que esta capacidade de ir mais além do dogma é diminuída ao plano da razão, faculdade que, longe de ser superior ao conhecimento encerrado no dogma, é-lhe irremediavelmente inferior. É neste ponto que o atributo de "iluminado" passa aos livres-pensadores, ao pensamento crítico e racionalista com o resultado inevitável de cair numa desenfreada divagação, ou seja, precisamente aquela condição que levou a tradição ocidental a assumir a forma dogmática.

Neste sentido, muito naturalmente os "iluministas" que contrapunham o "obscurantismo dogmático" com a "luz natural" da razão humana formaram um bloco com os revolucionários, os liberais, os intelectuais subversivos e sociais, enfim, com os ateus anticatólicos e com os maçons. Este singular estado de coisas tornou-se muito evidente nas vésperas da Revolução Francesa, na qual junto com os descrentes e os cépticos do estilo de Voltaire, Diderot, D'Alembert e de outros "enciclopedistas" se encontrava um grupo de presumíveis iniciados e de apóstolos do sobrenatural, uns e outros sob o signo do "iluminismo".

Por tudo isto, a associação de elementos tão diversos deveria conter um aspecto mais oculto e

misterioso. Cremos que não se pode abordar de forma séria a história das sociedades secretas dos últimos séculos, incluindo a maçonaria, se não se levar em conta a possibilidade de existência de forças mais obscuras, as quais num



Buda: um iluminado no sentido tradicional do termo

determinado momento actuaram sobre várias personalidades que se aventuraram no plano do supra-sensível sem possuir a qualificação necessária para serem na verdade "iluminados" e desse modo prevenir as insídias próprias de um domínio de tal ordem.

É muito ilustrativo neste caso o mito do rebelde Prometeu, que roubou o fogo olímpico, prerrogativa das naturezas divinas, não para uso pessoal, mas sim para o dar aos homens. Da mesma forma, é possível que uns "iluminados" pouco... iluminados, isto é, ignorantes das razões profundas de ser do dogma e da tradição, tenham concebido um plano utópico de reforma e "iluminação" do género humano e de "libertação" do homem, já desligado de todo o vínculo externo e tenham também

actuado no âmbito de certas sociedades secretas, originariamente iniciáticas, preparando desta forma a via para as revoluções.

Algo semelhante parece ter acontecido com a seita dos "Iluminados da Baviera", criada em 1775, por parte de um tal de Johann Adam Weishaupt, cuja existência foi real, mas cujo nome tem todo o ar de ser um pseudónimo simbólico, escondendo a sua verdadeira identidade. A partir desse período não haja dúvidas de que entre as associações de tal tipo e a maçonaria se estreitaram cada vez mais relações próximas e a acção em conjunto iria ser sempre com objectivos revolucionários e subversivos. Congressos misteriosos de "iluminados" e maçons formaram o prelúdio da Revolução Francesa, algures perto de Frankfurt estudou-se um plano revolucionário geral que contemplaria numa fase inicial a destruição da monarquia francesa e, em seguida, o ataque a Roma, ou seja, um ataque concertado ao templo e ao trono. Chegados a um ponto no qual não há muito mais caminho a percorrer para chegar ao mito, em estreita relação com o judaísmo, que se encontra delineado nos famosos "Protocolos dos Sábios de Sião".

Tudo isto pode explicar a confusão entre "iluminismo", maçonaria, judaísmo, racionalismo, etc., ainda que ao nível dos princípios a mesma não encontre uma justificação. Se a destruição de todos os laços efectivos entre a terra e o céu é um objectivo fundamental da subversão mundial, pressuposto de toda a acção especial ulterior, deve-se pensar que semelhantes confusões não sejam totalmente espontâneas, mas de alguma forma "sugeridas". Que mais poderia desejar, para tal fim, um golpe planeado pela maçonaria, o judaísmo e seus demais se não a vantagem de envolver e atacar com o mesmo descrédito e com a mesma aversão toda a aspiração a um conhecimento superior e a uma espiritualidade transcendente?

Autobiografia

A exploração das origens e a Tradição

Julius Evola

Chegou o momento de falar no alargamento das minhas pesquisas a outros domínios, alargamento esse que começou no período do “Grupo de Ur” e que esteve associado ao meu contacto com outras correntes de pensamento. A este respeito devo sobretudo referir os nomes de Johann Jakob Bachofen, René Guénon, Hermann Wirth e Guido De Giorgio.

Já tive oportunidade de referir que foi Reghini o primeiro a chamar-me a atenção para as obras de Guénon. A minha primeira reacção face a este inigualável mestre da nossa época foi negativa, devido à diferença entre as nossas “equações pessoais”, à sua orientação essencialmente “intelectual” (ele foi muito justamente chamado o Descartes do esoterismo), mas também à persistência, no meu pensamento dessa época, de prolongamentos da minha anterior orientação idealista-nietzschiana ligada ao tantrismo. Tive mesmo oportunidade de escrever uma crítica contra o livro de Guénon sobre o Vedânta (na revista *Idealismo realístico*), à qual Guénon replicou, pois estávamos os dois evidentemente em planos diferentes. No entanto, fui pouco a pouco compreendendo o alcance da obra de Guénon, obra essa que me ajudou a centrar num plano mais adequado todo o conjunto das minhas ideias.

Guénon dava antes de mais o exemplo de um julgamento sério, sem divagações, daquilo a que chamou as “ciências tradicionais”, tal como uma exegese do mito e do símbolo que tinha em vista as suas dimensões supra-racionais e “intelectuais”, ao ponto de se distinguir claramente tanto da exegese da ciência comparada das religiões como da dos românticos do passado e dos psicanalistas e irracionaisistas de hoje. Guénon colocava claramente em relevo o carácter “não humano” deste saber e foi isso que me

“A tradição nada tem a ver com o conformismo e com a rotina; é a estrutura fundamental de uma civilização de tipo orgânico, diferenciada e hierarquizada, na qual todos os domínios e todas as actividades humanas têm uma orientação do alto e para o alto. O centro natural desse sistema é uma influência transcendente e uma ordem de princípios que lhe corresponde, os quais são representados, em qualquer civilização tradicional, por uma elite ou por um chefe corporizando uma autoridade tão incondicionada como legítima e impessoal.”

ajudou a afastar-me definitivamente do plano da cultura profana e a reconhecer a futilidade de se retirarem referências ou apoios de qualquer “pensamento moderno”.

A crítica contra a civilização moderna era, em Guénon, ainda mais reforçada mas, ao contrário da que se encontra em diversos autores contemporâneos mais ou menos conhecidos, ela tinha uma contrapartida positiva muito precisa: o mundo da Tradição, considerado como o mundo normal num sentido superior. Era face ao mundo da Tradição que o mundo moderno surgia como uma civilização anormal e regressiva, nascida de uma crise e de um desvio profundos da humanidade. Foi esse precisamente o tema de base que veio a integrar o sistema das minhas ideias: a Tradição. Este termo tem, em Guénon, um significado particular. Antes de mais, é empregue no singular, em referência a uma tradição primordial a partir da qual todas as tradições particulares históricas pré-modernas foram emanadas, reflexos ou formas variadas de adaptação e de expressão. Em segundo lugar, a tradição nada tem a ver com o conformismo e com a rotina; é a estrutura fundamental de uma civilização de tipo orgânico, diferenciada e hierarquizada, na qual todos os domínios e todas as actividades humanas têm uma orientação do

alto e para o alto. O centro natural desse sistema é uma influência transcendente e uma ordem de princípios que lhe corresponde, os quais são representados, em qualquer civilização tradicional, por uma elite ou por um chefe corporizando uma autoridade tão incondicionada como legítima e impessoal.

Foi neste quadro que se produziu uma espécie de “mutação” (no sentido que esta palavra tem em genética) na teoria do Indivíduo Absoluto, com um deslocamento que, do exterior, poderia parecer paradoxal. Como conciliar o Indivíduo Absoluto, sem leis, destruidor de todos os laços, com o conceito de Tradição? Na realidade, tal como já assinalai, trata-se apenas de uma descida do Indivíduo Absoluto das alturas solitárias, abstractas e rarefeitas em tudo o que a história implica de concreto, com uma evolução correspondente no que respeita ao conceito de potência. Como observou um crítico de origem inglesa, Edmond Dods-worth, o Indivíduo Absoluto entrava na esfera do sensível, como se tivesse encarnado nos que se mantinham no centro das civilizações “tradicionais”, da qual eram o eixo e os legisladores absolutos, assumindo-se como o rei sacro ou “divino”, considerado não como um simples humano, figurando em todo um ciclo de civilizações antigas. Também nele

se dava o encontro entre transcendência e imanência (segundo a expressão do Extremo Oriente, ele era o “homem real” ou “homem transcendente”, “terceiro poder entre o Céu e a Terra”). No que me dizia respeito, o progresso, ou melhor, a clarificação fundamental estava ligada à passagem do “sobre-humano” à margem de um individualismo exasperado, ao “não humano”, ou seja, ao plano de uma impessoalidade superior ligada à posse real de uma dignidade transcendente e a uma função do alto. Como se vê, aquilo que tinha apenas sido aflorado confusamente em diferentes páginas polêmicas de *Imperialismo Pagão* encontrava-se agora perfeitamente esclarecido e recebia uma aprovação superior.

Antes de falar nos desenvolvimentos particulares que dei ao conceito de Tradição, e sempre em relação com o conhecimento das obras dos outros escritores acima mencionados, devo fazer uma alusão à obra de Guido De Giorgio. O seu nome é conhecido apenas por um punhado de amigos e possivelmente dele não restarão mais que traços insignificantes no plano das coisas escritas e publicadas. Era uma espécie de iniciado em estado selvagem e caótico, tendo vivido com os árabes e conhecido Guénon, que por ele tinha elevada estima. Possuía uma cultura excepcional, conhecia numerosas línguas, mas o seu temperamento era bastante instável (com alternâncias maníaco-depressivas, como diriam os psicólogos, e fortes comoções passionais, emotivas e líricas como em Nietzsche). De tal forma rejeitava o mundo moderno que se retirou para as montanhas – que sentia como o seu meio natural – e, no final da vida, para um presbitério abandonado, vivendo praticamente do nada, de algumas lições que dava, sofrendo fisicamente cada vez que era obrigado a retomar o contacto com a vida civilizada e cidadina. No entanto, a sua existência não era uma existência calma e contemplativa; ele próprio criava tensões, desequilíbrios e desordens de todo o tipo, inclusive na sua vida privada e erótica. O seu filho, que ele formou nos ideais da acção absoluta, morreu como herói

na guerra da Abissínia e foi condecorado com a medalha de ouro da coragem. De Giorgio enforcou-se em 1959, nas suas montanhas. A influência da sua obra em mim, que nada deve a livros, pois ele nunca publicou*, exerceu-se por meio de cartas transtornadas e agressivas, entremeadas de iluminações – e



Guido de Giorgio: uma espécie de iniciado em estado selvagem e caótico

confusões –, estando ligada à sua forma de dramatizar e de estimular a concepção da Tradição, que apresentava em Guénon, devido à equação pessoal deste último, traços demasiado formais e demasiado intelectuais. A isto se juntava, em De Giorgio, uma tendência para a absolutização que naturalmente encontrou em mim uma grande receptividade. As raras coisas que dele publiquei ou que fiz publicar, por vezes excertos das suas cartas – e contra a sua vontade –, são provavelmente as únicas que restam, infelizmente. Contactei com De Giorgio (com quem me encontrei duas vezes nos Alpes) sobretudo durante o breve período da minha revista *La Torre*, de que falarei mais adiante. Ao invés, no período mais recente afastamo-nos um do outro devido à sua entrega a um cristianismo de feição “vedântisante”.

A ideia de uma origem nórdica, hiperbórea, da tradição primordial,

fazia parte do saber interno no qual Guénon fora iniciado. Em 1928 foi publicada na Alemanha a obra do sábio holandês Hermann Wirth *A Aurora da Humanidade (Der Aufgang der Menschheit)*, na qual uma ideia similar era parcialmente retomada e desenvolvida num quadro bastante vasto. Tratava-se, no entanto, de um livro com pretensões “científicas”; ao que parece, Wirth não teve qualquer contacto com as fontes esotéricas particulares de Guénon e de outros, propondo-se de certa forma demonstrar do exterior, com recurso a diversos tipos de materiais – da filologia à mitologia, passando pela etnologia – a ideia de uma tradição nórdico-atlântica original, remontando à antiguidade mais remota, e reconstruir as vias tomadas pelos portadores dessa tradição através da sua irradiação numa série de grandes migrações pré-históricas. Havia além disso uma tentativa para resgatar diversas fases ou diferenciações apresentadas pelo simbolismo primordial à medida da aproximação aos tempos históricos. A solidez “científica” desta construção confusa afigurava-se bastante duvidosa. Eram evidentes numerosas confusões e divagações.

No entanto, enquanto exigência, o contributo positivo consistia num novo alargar de horizontes: ficava traçada uma filosofia da história que partia da ideia da tradição primordial, que no entanto carecia de desenvolvimento no seu domínio próprio, ou seja, sem os apoios semi-científicos que, em vez de a melhorar, se arriscavam a prejudicá-la.

Pouco tempo depois tomei conhecimento das obras de Johann Jakob Bachofen, sábio suíço do século XIX, especialista do direito, dos símbolos, dos cultos e das tradições antigas. As reedições parciais das suas obras, de que se ocuparam Bernouilli e Bäumler, deram-lhe uma nova importância. Mais uma vez, tratava-se de uma exploração do mundo das origens, mesmo que se limitasse praticamente à zona mediterrânica e que em termos históricos não recuasse mais que até à pré-história hiperbórea ou nórdico-atlântica. Também Bachofen se apoiava, antes de mais, de uma certa forma, na categoria histórica

“O contributo característico de Bachofen foi o de uma morfologia diferenciada das antigas civilizações. Ele identificou dois tipos fundamentais de civilização: a civilização de tipo urânico-viril e a civilização de tipo telúrico (ou lunar) e feminina. Na primeira, o princípio supremo do universo era o elemento celeste e luminoso, personificado pelas divindades masculinas; na outra, era o princípio da vida e da fecundidade, personificado pela Grande Deusa, pela Magna Mater e pelas divindades análogas de carácter feminino, telúrico, nocturno ou lunar, que esta divindade possuía.”

da “Tradição”, assim designando as civilizações e as sociedades que detinham uma ideia ou visão do mundo fundamental como centro unitário em torno do qual gravitavam todos os domínios da existência. E, para a identificação deste centro, Bachofen reconheceu a importância do mito, do símbolo e da lenda, entendidos não como criações imaginárias e arbitrarias, mas como as expressões de uma realidade mais profunda e mais essencial, como as expressões da dimensão em profundidade da história e das civilizações. À parte este ponto, o contributo característico de Bachofen foi o de uma morfologia diferenciada das antigas civilizações. Ele identificou dois tipos fundamentais de civilização: a civilização de tipo urânico-viril e a civilização de tipo telúrico (ou lunar) e feminina. Na primeira, o princípio supremo do universo era o elemento celeste e luminoso, personificado pelas divindades masculinas; na outra, era o princípio da vida e da fecundidade, personificado pela Grande Deusa, pela Magna Mater e pelas divindades análogas de carácter feminino, telúrico, nocturno ou lunar, que esta divindade possuía. Estas duas ideias fundamentais davam uma marca a todos os domínios das civilizações que lhes correspondiam. Em particular, a sua oposição traduzia-se também pelo confronto entre civilização do herói e civilização demetrian (e, de uma forma mais geral, “gineocrática”), entre cultos olímpicos e solares e cultos ctónicos e lunares, entre direito patriarcal e matriarcal, entre ética aristocrática da diferença

e promiscuidade panteísta e orgiástica. Segundo Bachofen, existiram diferentes formas intermédias ou mistas entre os dois pólos.

Além disso, Bachofen, após ter agrupado as estruturas relacionadas com as duas concepções na matéria saqueada dos testemunhos religiosos, mitológicos, sociológicos e jurídicos que chegaram até nós desde a Antiguidade, seguiu também o conflito, tanto manifesto quanto secreto, entre as duas civilizações: a este respeito, a sua reconstrução da ascensão da Roma antiga nos termos da afirmação progressiva e típica de uma civilização de tipo viril contra um substrato essencialmente marcado pela concepção oposta, mantém-se clássica e sugestiva.

Traduzi uma série de excertos da obra de Bachofen indicados para se ter uma ideia de conjunto das suas teses mais importantes. O livro, de 250 páginas, com uma introdução e comentários, embora composto antes da guerra, apenas pôde ser publicado em 1949, pelo editor Bocca, sob o título *As Mães e a Virilidade Olímpia – Estudos sobre a História*

Secreta do Mundo Mediterrânico Antigo. Terei oportunidade de voltar a esta obra. Fui de resto o primeiro a chamar a atenção para a obra de Bachofen em italiano, após essa atenção ter sido despertada na Alemanha e na Suíça. No entanto o livro quase não teve eco, o que é mais uma prova do carácter refractário da cultura que predomina em Itália a respeito desta ordem de ideias.

Com estes contributos abria-se perante mim um vasto e novo domínio no qual se podia aplicar e desenvolver sobre um segundo plano grandioso de mitologias e de interpretação da história a teoria das “duas vias”. Tornava-se necessário unir, numa síntese articulada, os contributos de Guénon, de Wirth e justamente de Bachofen. No entanto eu rejeitava o esquema evolucionista deste último. Com efeito, o sábio suíço supusera uma passagem progressiva da humanidade antiga de um estado de promiscuidade primordial para a civilização demetrian da Mãe e da Mulher Divina, e posteriormente uma suplantação gradual desta na civilização heróico-paternal ligada a cultos e a mitos urânicos e heróicos e uma sociedade organizada positivamente (Bachofen viu aqui o “nascimento do Ocidente” contra a “Ásia”). Ao contrário, eu salientei a necessidade de se introduzir uma concepção dinâmica e de fazer corresponder às fases evolutivas presumidas de uma raça humana única as influências opostas trazidas por raças diferentes, agindo e reagindo uma sobre a outra. Em segundo lugar, dever-se-ia, na minha opinião, contestar o carácter mais recente (de último “estado evolutivo”) da civilização urânico-patriarcal e viril. Com efeito, esta civilização sempre esteve ligada, directa ou indirectamente, à tradição primordial hiperbórea e não se pode abordar o seu carácter mais

“A respeito da tradição primordial havia que retomar a tese involutiva, própria das fontes a que Guénon recorrera: no decurso da história que conhecemos ocorreu uma queda e uma alteração, de que um dos aspectos particulares foi a dissociação da autoridade espiritual e da autoridade real, que estavam unidas inseparavelmente nas origens.”

“Assim, de um lado eu invertia o esquema evolutivo de Bachofen, enquanto que, do outro, eu modificava igualmente o enquadramento de Guénon (também neste caso surgiu, de forma acessória, a diferença entre as nossas «equações pessoais»).”

recente a não ser num sentido relativo e local, nos casos em que esta tradição surgiu e se afirmou através das migrações nas regiões que anteriormente se encontravam sob o signo da visão oposta da vida e do sagrado, característica de um outro grupo de povos e de influências espirituais. A respeito da tradição primordial havia que retomar a tese involutiva, própria das fontes a que Guénon recorreu: no decurso da história que conhecemos ocorreu uma queda e uma alteração, de que um dos aspectos particulares foi a dissociação da autoridade espiritual e da autoridade real, que estavam unidas inseparavelmente nas origens.

Foi neste ponto que começou um outro desenvolvimento da minha síntese. Em termos resumidos, descrevi a involução ocorrida nos termos da oposição de uma espiritualidade não-viril (não “real”, não “central”) a uma virilidade que se mantinha como tal mas já sem uma relação directa com a esfera do sagrado e do espiritual. Ao primeiro termo podia-se fazer corresponder a “sacerdotalidade”, em sentido religioso e, nas formas mais baixas, devocional, caracterizada por uma não-centralidade face ao sagrado (espiritualidade “lunar”), ao passo que o segundo, enquanto conservava em parte a herança das origens ou a ressuscitava, retomava o carácter afirmativo e “central” (“solar”, “olímpico” e também “mágico” no sentido particular já explicado) da função primordial. Por extensão, associei aos dois termos a dualidade contemplação/acção e falei de dois tipos diferentes de sacralidade e mesmo de iniciação: o tipo guerreiro e real de um lado, o tipo sacerdotal do outro.

No seio deste quadro mais vasto utilizei, assim, a morfologia das civilizações de Bachofen. Então, tal como já referi, enquanto que de um lado identificava nas civilizações de carácter urânico e heróico ramos da tradição primordial hiperbórea (ou da

diferenciação “real” desta última), do outro as influências modificativas provinham da civilização oposta (lunar, ctónica, da Grande Mãe), com formas intermédias que se apresentavam como estados regressivos devidos em parte também a influências étnicas exteriores, ao substrato dos povos cujas vagas as migrações nórdico-atlânticas tinham encontrado.

Assim, de um lado eu invertia o esquema evolutivo de Bachofen, enquanto que, do outro, eu modificava igualmente o enquadramento de Guénon (também neste caso surgiu, de forma acessória, a diferença entre as nossas “equações pessoais”). Com efeito, se Guénon reconhecia que o surgimento da realeza e do sacerdócio enquanto pólos separados e mesmo em oposição devia ser reportado a uma época relativamente recente, julgava também que era legítimo, para essa época, a reivindicação, da parte do sacerdócio, de uma primordialidade, de uma preeminência (por ele associada à “contemplação” e ao “conhecimento”) em relação à realeza e à casta guerreira, ao *kshatram* (por ele associados à via da acção). Pelo contrário, eu achava poder afirmar-se que enquanto produtos de uma dissociação, nenhum dos pólos poderia reivindicar uma dignidade superior em relação ao outro, estando ambos de igual forma afastados da unidade das origens: mais ainda, eu identificava na orientação “real” uma base mais adaptada para uma eventual reintegração nesse estado de centralidade (o Indivíduo Absoluto) que, igualmente segundo Guénon, a função primordial definira de forma eminente. Eu empregava num sentido particular, referindo-me a Hesíodo, o termo “heróico” para designar a reintegração obtida “através da acção” partindo de uma qualificação guerreira e viril.

Foi este, em resumo, o enquadramento global que serviu de base à

minha interpretação sucessiva da história das civilizações. A importância de mais que uma das suas implicações era por demais evidente, mesmo num plano concreto. Com efeito, o Ocidente desenvolvera-se essencialmente sob o signo da acção (apesar do cristianismo). Na sua crítica contra ele, sobretudo reportando-se ao Ocidente moderno, Guénon, a partir da sua própria premissa, não podia deixar de ser unilateral: correlativamente, tanto na apreciação daquilo que esse Ocidente outrora apresentara de “tradicional”, como para o que dizia respeito às perspectivas de uma reedificação eventual do mundo ocidental actual, ele colocou a ênfase essencialmente nos princípios e nas ideias relacionadas com a outra tradição, a tradição sacerdotal da contemplação e do “conhecimento”, as quais na verdade eram mais próprias ao Oriente, e sobretudo à Índia bramânica, que de resto é apenas um aspecto da própria Índia; foi-me por isso fácil fazer notar a Guénon que todo o Extremo Oriente fora influenciado pela outra tradição, dada a ausência nele de um sacerdócio sobreordenado à sacralidade imperial. Pelo contrário, o meu enquadramento tornava possível uma formação autónoma e mais específica da ideia tradicional ocidental.

Toda esta ordem de ideias começou a ser tratada nas monografias do último ano dos fascículos do “Grupo de Ur” (e posteriormente nas monografias corrigidas para a segunda edição) com o objectivo de fornecer um segundo plano geral à nossa orientação. Num ensaio intitulado “O Nascimento do Ocidente” analisava-se justamente um “mito” destinado a rever a interpretação da romanidade antiga. Tratava-se no entanto de antecipações. Foi no meu livro seguinte, *Revolta contra o Mundo Moderno*, publicado em 1934, que foram correctamente desenvolvidas a morfologia e a história das civilizações de que indiquei os traços essenciais.

– Capítulo VI do livro “O Caminho do Cinábrio”

* Foi editado um livro deste autor a título póstumo e em condições algo misteriosas: Guido de Giorgio, *La Tradizione Romana*, Flamen Editore, Milão, 1973.

Doutrina

Princípios de um antibolchevismo positivo

Julius Evola

Um dos elementos mais característicos da política europeia actual é o facto de as *ideias* começarem a constituir a base de um entendimento entre diversas nações. Parece que o período da tristemente célebre “política realista” chegou ao seu fim: os Estados – ou, pelo menos, alguns Estados – seja por uma renovada sensibilidade ética, seja pela força dos acontecimentos, começam a sentir a necessidade de escolher um critério mais elevado que o princípio utilitarista e a *praxis* fundada nos interesses determinados unicamente por esse princípio, e, portanto, precários e mutáveis. Por outro lado, o mito da “segurança colectiva” desapareceu, a farsa jurídico-racionalista da Sociedade das Nações atingiu um epílogo pouco glorioso, há forças profundas que se encontram novamente num estado de liberdade e que procuram novos centros de cristalização. Aquilo que, repitamo-lo, nos parece ser a característica determinante dos próximos tempos é o facto de esses centros serem constituídos por ideias fundamentais que se vão confrontar antes mesmo das forças materiais por elas organizadas se confrontarem.

Dizer que os dois grandes antagonistas da história europeia e, talvez, universal, são o bolchevismo e o antibolchevismo, é hoje em dia um lugar-comum. Do mesmo modo, é cada vez mais evidente para todos que as potências que ainda consentem um compromisso com o liberalismo ou a democracia serão lançadas para fora das correntes criadoras da história ou tornar-se-ão os instrumentos inconscientes das forças ocultas da subversão mundial. Ainda que utilizada num outro âmbito, há uma fórmula que assenta perfeitamente à época actual: “é a hora decisiva”.*

“*Todo o antibolchevismo será uma farsa se não reconhecer a realidade, o valor e a dignidade da personalidade humana. Este reconhecimento deve ser acompanhado de uma clara distinção entre personalidade e individualidade. A individualidade é a caricatura materialista e secularizada da personalidade. (...) Entre o individualismo e o colectivismo, trata-se menos de uma oposição que de uma relação de causa e efeito.*”

Estas considerações genéricas não são senão um ponto de partida. Ficar por aqui e reduzir o todo a algumas palavras de ordem estereotipadas, é um erro perigoso cometido por numerosos escritores políticos contemporâneos. É necessário perceber que com atitudes meramente negativas não é possível ir além dos limites de uma antítese paralisante. Quem quer que ainda tenha um certo sentido da tradição europeia é evidentemente antibolchevique e anticomunista: *mas, para além do antibolchevismo negativo, é necessário chegar a um antibolchevismo positivo* e ter a coragem espiritual de reconhecer tudo aquilo que um verdadeiro antibolchevismo positivo implica. Dito de outro modo, a reacção suscitada em todo o espírito normal pelo bolchevismo, o comunismo e o colectivismo deve-nos incitar a formular claramente uma *ideia positiva* em que o anticomunismo prático e o combate político contra a Rússia soviética sejam a consequência natural e não vice-versa! Se nos for permitido utilizar uma expressão filosófica, diremos que o bolchevismo deve-nos servir como “causa ocasional” para alcançar uma mais clara consciência do conteúdo de um antibolchevismo positivo e para afirmar uma tal ideia em *estado puro*. O bolchevismo deve ser visto como um “reagente”: deve

servir para desmascarar e destruir tudo aquilo que, nos nossos organismos, de forma oculta ou latente, difusa e pouco clara, poderia sofrer a influência de forças análogas àquelas, que nós combatemos: de modo a conduzir a antítese a uma forma clara, pura e absoluta.

Por isso, não será inútil expor nas suas grandes linhas um antibolchevismo “positivo”, reunindo ideias que não são certamente novas, mas que nem sempre são bem entendidas no seu conjunto e na sua exacta medida.

1. A personalidade, para o bolchevismo, é um preconceito burguês. O indivíduo não existe. A verdadeira realidade é o colectivo. O colectivo é soberano. Quando politizado ele toma o aspecto da última das antigas castas tradicionais, a do escravo do trabalho: é o mundo das massas como revolução proletária em marcha. É a partir daqui que o bolchevismo se declara antiliberal e anti-individualista. De tudo isto, torna-se claro que todo o antibolchevismo será uma farsa se não reconhecer a realidade, o valor e a dignidade da personalidade humana. Este reconhecimento deve ser acompanhado de uma clara distinção entre *personalidade* e *individualidade*. A individualidade é a caricatura materialista e secularizada da personalidade. A

“Para o bolchevismo apenas existe a massa humana e a sua evolução através de processos sociais, económicos e técnicos. O seu Deus é a humanidade proletária, a sua lei é a economia, o seu evangelho é o messianismo técnico. O resto é «superestrutura» e «ópio do povo». Daqui resulta que qualquer antibolchevismo só pode ser levado a sério se partir da afirmação de valores, de conhecimentos e de direitos que encontram a sua justificação num plano superior àquilo que tem uma mera natureza racionalista, «social», materialista, «humanista».”

personalidade é o homem que vale acima de tudo em função do espírito, depois de uma tradição, e, finalmente, da sua qualidade específica, da sua própria honra, da sua classe ou casta. O individualismo, tornando o indivíduo anarquicamente “livre”, faz dele um átomo anónimo destinado a opor-se à massa dos outros átomos, pela qual acaba por ser esmagado: daí o colectivismo. É por isso que, entre o individualismo e o colectivismo, trata-se menos de uma oposição que de uma relação de causa e efeito. O antibolchevismo positivo deve suprimir a causa, *reafirmando, para além do erro individualista, o ideal tradicional da personalidade*. Consequência: devem-se considerar letais para o antibolchevismo positivo todos aqueles ataques falaciosos contra o individualismo e o liberalismo, os quais, juntamente com os fenómenos de degenerescência e decomposição ética e social, atingem também os valores espirituais da personalidade, alimentando um colectivismo ligado a mitos diferentes ou até mesmo opostos aos do comunismo marxista, mas, no fundo, de um ponto de vista mais elevado, igualmente destrutivos.

2. O individualismo, tal como a filosofia das luzes, o racionalismo e o cientismo, provém da negação da tradição e da realidade sobrenatural. O bolchevismo leva todas estas tendências até às suas consequências extremas. É um humanismo integral, e, por isso, uma forma de ateísmo. Para o bolchevismo apenas existe a massa humana e a sua evolução através de processos sociais, económicos e técnicos. O seu Deus é a humanidade proletária, a sua lei é a

economia, o seu evangelho é o messianismo técnico. O resto é “superestrutura” e “ópio do povo”. Daqui resulta que qualquer antibolchevismo só pode ser levado a sério se partir da afirmação de valores, de conhecimentos e de direitos que encontram a sua justificação num plano superior àquilo que tem uma mera natureza racionalista, “social”, materialista, “humanista”. Devemos convencer-nos, em particular, que todo o imanentismo e toda a espiritualização da “vida”, da “natureza”, do “devir”, são fenómenos estreitamente relacionados com o humanismo e o racionalismo, e como tais incapazes de fornecer um ponto de referência sólido para a autêntica reconstrução antibolchevique. A ciência e a cultura são sempre os últimos baluartes de uma civilização, e nestes domínios a revolução antimarxista infelizmente ainda não ocorreu; os mitos deletérios mantêm ainda toda a sua força; até mesmo nas nossas nações é aos princípios e métodos materialistas e racionalistas que, em última análise, se recorre; não se tem noção das rígidas relações de causa e efeito em ordem a uma visão geral do mundo. É neste terreno que é necessário combater. Limitar-se a enunciar vagas aspirações religiosas é muito pouco. O materialismo teórico não é nada. É o materialismo prático, perfeitamente capaz de subsistir junto com vagas declarações espiritualistas, que é necessário combater.

Um outro ponto em particular: evitar a tendência para sobrestimar o elemento económico e materialisticamente político. Não se trata de limitar este elemento a todo o custo:

ele é plenamente legítimo no seu domínio. Basta apenas não fazer dele, tal como o marxismo faz, uma religião, e não iludir-se com a ideia de que as conquistas inerentes a este elemento poderão efectivamente permitir ao homem aproximar-se daquilo que é verdadeiramente importante para a sua grandeza e da civilização de que ele deve ser o portador. Uma das raízes virtuais do bolchevismo será assim extirpada preventivamente. Muito frequentemente atribui-se a certas exigências materiais não apenas individuais, mas colectivas ou nacionais, o selo da “espiritualidade”. Também neste caso trata-se de bolchevismo *in nuce*: existem muitos outros modos de assegurar os direitos soberanos dos interesses políticos e supra-individuais no seu próprio âmbito, sem ter de se recorrer a um tal abuso da palavra “espiritual”, apenas propiciador de confusões.

3. O bolchevismo é totalitário. Ele é hostil a toda a cultura pura. Nada deve escapar ao Estado bolchevique. As forças espirituais devem ter um papel político-social (naturalmente, ao serviço do proletariado e da revolução mundial proletária), ou ser extirpadas como um veneno destrutor e resíduo burguês. Trata-se de uma inversão das relações hierárquicas existentes em todo o Estado normal e, portanto, de uma espécie de caricatura diabólica do princípio da unidade. De facto, o Estado totalitário não é apenas uma necessidade da época moderna. Todo o Estado tradicional foi total e, como tal, dogmático, autoritário. Mas existem dois modos opostos de organizar um Estado totalitário: em nome do espírito ou em nome da matéria, em nome do que é superior ao homem ou em nome daquilo que, enquanto simples colectivo, lhe é inferior e é subpessoal. É esta a diferença entre os super-Estados da antiguidade “solar” e tradicional e o ideal bolchevique. O totalitarismo bolchevique é organizado em função das classes sociais mais baixas, das suas exigências materialistas e do seu estúpido mito, o trabalho, a economia. Dito isto, um antibolchevismo positivo rejeitará igualmente toda a intelectualidade que esteja *fora* ou *contra* o Estado, pela simples razão que cultura e espírito devem estar no seu centro, como núcleo imaterial do qual

toda a hierarquia, toda a disciplina, todo o combate, todo o sacrifício retiram a sua força e a sua justificação superior. É necessário denunciar o carácter equívoco da expressão “função política da cultura”. Uma cultura que seja puro estetismo, literatura, vaidade personalista, especulação estéril, não pode ter nenhuma função política; ela deve ser banida do Estado totalitário antibolchevique, tal como a poesia no Estado platónico. Mas se do que se trata é de uma verdadeira cultura, ou seja, de uma cultura que procura dar expressão directa, possante e dominadora à realidade superior do espírito, é evidente que ela não pode ser “função” de nada, pelo contrário representará o elemento central e propulsor de todas as outras actividades, onde quer que o materialismo “social” e colectivista e todos os apêndices do marxismo tenham sido verdadeiramente superados.

4. O chamado “realismo” do bolchevismo é um ponto particular que convém não menosprezar. Embora o bolchevismo seja um puro humanismo, ele alimenta no entanto um desprezo absoluto pelo elemento “humano”, desde que, por “humano”, se entenda, como acontecia na época burguesa, tudo o que é subjectivo, sentimental, cerebral, romântico. O bolchevismo afirma ter inaugurado a era de um novo realismo. Aqui, convém julgar com prudência. Devemos ter cuidado para que a revolução antimarxista não caia no pântano de um novo romantismo. É preciso reconhecer que o antibolchevismo deve ser pelo menos tão antiburguês como o bolchevismo, mas pela seguinte razão: o espírito não tem nada a ver com as emoções, os sentimentalismos, as fantasias e os ideais abstractos, as poesias e os mitos: o espírito é a realidade por

“**Todo o Estado tradicional foi total e, como tal, dogmático, autoritário. Mas existem dois modos opostos de organizar um Estado totalitário: em nome do espírito ou em nome da matéria, em nome do que é superior ao homem ou em nome daquilo que, enquanto simples colectivo, lhe é inferior.**”

excelência, e ninguém o atinge senão através de uma espécie de catarse, de uma dura e viril ascese, purificando-se de tudo o que é *pathos* e subjectividade. Da Índia ariana à Idade Média romano-germânica, os maiores ciclos antigos de civilização tiveram como princípio o anonimato, mas tratava-se do grande anonimato da suprapersonalidade e da tradição espiritual. Assim, uma vez mais: uma identidade de princípio, uma clara polaridade de direcção. Como já escrevemos em *Revolta contra o Mundo Moderno*: “Com o bolchevismo assistimos à liquidação definitiva da fase do irrealismo humanista e romântico e de todas as prevaricações individualistas e anárquicas destes tempos últimos. O bolchevismo dota-se de todos os meios e não recua perante nada para libertar o indivíduo do seu eu e da sua ilusão do ‘meu’. Tem-se assim algo de semelhante a uma ascese ou catarse em grande escala e uma espécie de retorno ao princípio da realidade absoluta e da impersonalidade mais determinada, mas demoniacamente invertida, dirigida não para o alto, mas para o baixo; não para o supra-humano, mas para o infra-humano; não para o orgânico, mas para o mecânico; não para a libertação espiritual, mas para a total escravidão social”.

5. O bolchevismo declara-se inter-

nacional. A própria ideia de pátria é assim relegada para entre os preconceitos burgueses e os fantasmas da subjectividade. Costuma-se contrapor a esta atitude o conceito de nação. À revolução bolchevique contrapõe-se a revolução nacional. Trata-se de um ponto muito delicado, que é necessário esclarecer. Se é verdade que o bolchevismo nega toda a unidade definida pela ideia de nação, é igualmente verdade que ele visa uma forma mais vasta de unidade, definida por um novo tipo humano: o proletariado comunista. Segundo a constituição soviética, um estrangeiro que seja proletário comunista pode fazer parte da União Soviética e gozar de todos os direitos políticos e civis correspondentes, enquanto que um russo, se não for proletário comunista, é privado de todos estes direitos e é considerado um pária fora do Estado e fora-da-lei. Do mesmo modo, se uma nação se declara comunista, ele torna-se implicitamente parte integrante da União Soviética, mesmo que não lhe seja limítrofe. Consequentemente, deve-se considerar o comunismo mais como *supraterritorial* do que como internacional.

Opor ao bolchevismo o simples princípio da nacionalidade territorial e o particularismo do simples “ser nacional” significa não lutar no mesmo plano em que o adversário se encontra, quer doutrinal quer materialmente (face à força conjunta da solidariedade internacional comunista). Pode-se objectar, é verdade, que a ideia nacional e territorial tem também uma validade universal, desde que escolhida por um conjunto de povos. Mas isso não é suficiente para que estes povos formem uma frente comum. Podemos mesmo pensar que quanto mais o princípio da nação enquanto lei e autoridade suprema for afirmado com energia e intransigência entre cada povo,

“**O antibolchevismo deve ser pelo menos tão antiburguês como o bolchevismo, mas pela seguinte razão: o espírito não tem nada a ver com as emoções, os sentimentalismos, as fantasias e os ideais abstractos, as poesias e os mitos: o espírito é a realidade por excelência, e ninguém o atinge senão através de uma espécie de catarse, de uma dura e viril ascese, purificando-se de tudo o que é *pathos* e subjectividade.**”

“Um antibolchevismo positivo só é concebível na base de uma unidade tão supranacional, quanto a do programa bolchevique é internacional e antinacional. Deve considerar-se como erro perigoso identificar internacionalismo com universalismo, considerando que todo o princípio superior à nação é ilusório ou deletério para esta (como é o caso de certos aspectos do nacionalismo racista extremista e anti-romano). A verdadeira frente antibolchevique não pode deixar de ser a solidariedade supranacional das nações. Isto significa que tem que ter como condição a ideia imperial.”

maior será o perigo da anarquia, existindo uma multiplicidade de pontos de vista que se recusam a reconhecer a validade de qualquer princípio superior. Assim, só existem duas possibilidades: ou esta anarquia conduzirá a conflitos entre as nações, cujos “sagrados egoísmos” de algum modo entrarão em conflito (e é precisamente isto que o bolchevismo e o judaísmo internacional esperam para ganhar terreno), ou ela será contida por coligações fundadas sobre interesses “realistas”, que por isso terão um alcance puramente temporal e pragmático. Foi esta segunda situação que prevaleceu até aos últimos tempos, um estado de coisas no qual não pode haver verdadeiro antibolchevismo, porque é lícito colocar a seguinte questão: será cada nação tão forte do ponto de vista ético ao ponto de recusar o apoio oferecido pela Rússia se este lhe for útil para abater uma nação rival e reforçar-se à sua custa?

Mesmo sem insistir neste último ponto, é claro que um antibolchevismo positivo só é concebível na base de uma unidade tão supranacional, quanto a do programa bolchevique é internacional e antinacional. Deve considerar-se como erro perigoso identificar internacionalismo com universalismo, considerando que todo o princípio superior à nação é ilusório ou deletério para esta (como é o caso de certos aspectos do nacionalismo racista extremista e anti-romano). A verdadeira frente antibolchevique não pode deixar de ser a solidariedade supranacional das nações. Isto significa que tem que ter como condição a ideia imperial.

6. É aqui que as considerações precedentes acabam por convergir. Ao falar de império, deve entender-se essencialmente uma ideia espiritual e portanto supraterritorial, que se situa num plano completamente diferente do da ideia de nação e do direito nacional. A base do império é um determinado tipo humano, moldado por uma cultura comum. Onde quer que este tipo esteja presente e seja dominador o império existe, além de todas as fronteiras, e cada nação é integrada numa unidade supraterritorial. É assim que na base do antigo império romano estava o tipo do *civis romanus*; na base do *Sacro Império Romano* estava o tipo do homem da “cristandade”, e sobretudo o do “cavaleiro”; finalmente, na base da Santa Aliança estava o tipo do homem tradicional e anti-revolucionário. Em todos estes casos

aparece de forma clara que a unidade é definida por um elemento ético-espiritual, de modo nenhum inconciliável com aquele definido pela raça e a nacionalidade, desde que este último vigore no seu plano próprio.

Quanto ao aspecto político-constitucional do império, a questão não entra no âmbito do presente ensaio e, de qualquer modo, deve considerar-se consequencial. Quando a unidade no princípio, na ideia, no tipo comum de civilização existir, um processo espontâneo conduzirá à definição da sua expressão no plano real e político, em conformidade com as diferentes circunstâncias. É por isso necessário insistir acima de tudo no aspecto interno, convencer-se que o cimento da frente antibolchevique deve ser uma solidariedade e uma distinção entre amigo e inimigo fundada absolutamente sobre uma ideia, sobre a ideia que define a própria unidade do Império. A anarquia terá a última palavra e os povos continuarão a ser os instrumentos de forças descontroladas, ou de potências ocultas exploradoras da sua inconsciência e do seu “realismo”, enquanto forem as conjunturas irracionais e utilitaristas a definir o “amigo” e o “inimigo”, e não os valores: de tal modo que o “inimigo”, simplesmente enquanto tal, aparece como o “injusto”, e o “amigo” como o “justo”. Apenas quando acontecer o oposto, ou seja, apenas quando o “injusto” enquanto tal, quem quer ele seja e qualquer que seja a sua atitude, se tornar o “inimigo”, estarão presentes as condições de solidarie-

“A base do império é um determinado tipo humano, moldado por uma cultura comum. (...) É por isso necessário insistir acima de tudo no aspecto interno, convencer-se que o cimento da frente antibolchevique deve ser uma solidariedade e uma distinção entre amigo e inimigo fundada absolutamente sobre uma ideia, sobre a ideia que define a própria unidade do Império. (...) A frente antibolchevique tomará então o aspecto de uma espécie de nova e criativa Santa Aliança: um bloco de potências, que considerará sem hesitações como seu inimigo quem quer que espouse a ideia contrária ao seu próprio princípio, ou seja, a ideia comunista e colectivista.”

“Apenas a luta futura justifica os aspectos dos movimentos nacionais que aparentemente imitam as formas bolcheviques colectivizantes. Mas, entre nós, estes aspectos devem ser considerados como extrínsecos, transitórios, nascidos da necessidade – enquanto no bolchevismo eles são constitutivos, o mecanicismo e a centralização destrutiva, a política que escraviza o espírito são a expressão directa do homem-massa proletarizado.”

dade para uma frente antibolchevique: a qual, então, tomará o aspecto de uma espécie de nova e criativa Santa Aliança: um bloco de potências, que considerará sem hesitações como seu inimigo quem quer que espouse a ideia contrária ao seu próprio princípio, ou seja, a ideia comunista e colectivista. E isto não só em sede de defesa, mas também de ataque. Deve-se afirmar não um direito, mas sim um *dever* de intervenção onde quer que o “inimigo” se manifeste. A intervenção legionária da Itália em Espanha pode considerar-se uma primeira expressão desta nova atitude. Talvez assim se torne mais claro aquilo que dissemos num artigo anterior ao comentar um texto de Carl Schmitt acerca da “guerra total”. A única “guerra total” digna desse nome e digna de ser travada não como uma “infeliz necessidade”, é precisamente a guerra que a frente supranacional “branca” e fascista se encontre forçada a mover contra a coligação das forças da subversão mundial, capitaneadas pelo bolchevismo.

7. Duas últimas considerações. As revoluções nacionais antimarxistas apresentam frequentemente em todos os planos aspectos de centralização, politização, enquadramento e militarização, que farão provavelmente sorrir algumas pessoas face às presentes observações. Elas considerarão tudo o que dissemos como simples palavras e tenderão a considerar que tudo se resume, na realidade, a um combate entre diferentes “bolchevismos”, sustentando-se, um deles, num mito proletário internacional, e o outro num mito oposto, mas cujos efeitos práticos e espirituais são quase os mesmos: especialmente quando se tem em conta os aspectos autoritários e quase dita-

toriais da nova constituição bolchevique e quando não se ignora que por trás de muitas destruições colectivistas se encontra a vontade de Império da internacional judaica. É pois necessário prever esta cínica observação para formular a resposta correcta, que é: *na véspera de um combate, a palavra de ordem é a disciplina incondicional e a unidade incondicional*. Apenas a luta futura justifica os aspectos dos movimentos nacionais que aparentemente imitam as formas bolcheviques colectivizantes. Mas, entre nós, estes aspectos devem ser considerados como extrínsecos, transitórios, nascidos da necessidade – enquanto no bolchevismo eles são constitutivos, o mecanicismo e a centralização destrutiva, a política que escraviza o espírito são a expressão directa do homem-massa proletarizado. Mas também daqui sai reforçada a exigência que está na base deste nosso escrito: se não queremos que o conflito que nos espera seja apenas uma “matança inútil”, não o “juízo de Deus” entre duas verdades, mas uma obscura e trágica refrega entre forças selvagens não iluminadas por qualquer significado superior, é necessário que, entre nós, *a preparação espiritual não seja menor que a material*, ou seja, aquilo

que se dirige à consciência, à definição precisa e à afirmação radical de uma ideia positiva, base firme do nosso antibolchevismo.

Como último ponto: tendo dito que a unidade do Império ou bloco supranacional de defesa e ataque implica a unidade de um determinado “tipo” humano, talvez algumas pessoas gostassem de saber algo de mais preciso quanto a este último propósito. O que já dissemos sobre a personalidade enquanto valor e os seus pressupostos pode já constituir um ponto de partida: querer determinar as forças históricas que, mais do que quaisquer outras, podem considerar-se herdeiras do espírito tradicional europeu e fornecer as bases para a criação do “tipo” em questão, levar-nos-ia para um campo que é aqui impossível de tratar e, no fundo, seria repetir aquilo que já dissemos em muitas outras ocasiões. Limitar-nos-emos por isso a exprimir a nossa opinião sob a forma de um enunciado: tal como é hoje claro que o binómio Roma-Berlim constitui o eixo político do movimento antibolchevique, do mesmo modo é claro que uma nova síntese entre o espírito romano e o espírito germânico seria a melhor via para resolver o problema em causa. Já para não mencionar tudo o que recentemente dissemos nestas mesmas páginas, trata-se daquilo que há já muitos anos compreendemos ao formular o *mito das duas Águias* – que são a águia romana e a águia germânica. Estudar de que forma este mito poderá ser concretizado, significa também proceder ao aprofundamento da ideia capaz de selar definitivamente a unidade da frente espiritual de um antibolchevismo positivo.

– *La Vita Italiana*, Maio/1938

* Referência a uma das obras de Spengler.

“Tal como é hoje claro que o binómio Roma-Berlim constitui o eixo político do movimento antibolchevique, do mesmo modo é claro que uma nova síntese entre o espírito romano e o espírito germânico seria a melhor via para resolver o problema em causa (...) Trata-se daquilo que há já muitos anos compreendemos ao formular o mito das duas Águias – que são a águia romana e a águia germânica.”



Tradição

Um místico das alturas tibetanas

Julius Evola

A Milarepa – ou Milaraspa ou Mila –, estranho tipo de asceta e poeta tibetano que viveu durante o século XI, deve-se um renascimento da doutrina metafísica do chamado “budismo do norte” – Mahayana – na forma de uma tradição que permanece até aos nossos dias. Os seus ensinamentos foram transmitidos sob a forma de cânticos, encadeados em narrações de episódios da sua vida. Em nossa opinião, pode ser interessante para o leitor destas notas tomar contacto com o estranho mundo deste misticismo, no qual as impressões da alta montanha, a luta com os elementos, o símbolo, a doutrina e a alusão aos fenómenos enigmáticos da natureza sobrenatural se misturam intimamente. Traduzimos, pois, dos fragmentos de alguns poemas de Milarepa, baseando-nos na edição alemã, hoje impossível de encontrar, de Laufer (*Milarespa*, Folkwang-Verlag, Hagen und Darmstadt, 1922), já que não foi possível obter o texto original. Adicionaremos alguns comentários, porque em vários pontos o leitor não iniciado nos ensinamentos gerais do budismo tibetano encontrar-se-á perante ideias cuja compreensão se mostra-

rá bastante difícil.

A parte simplesmente narrativa destes poemas foi resumida por nós.

SOBRE A VIDA DE MILAREPA

Haviam passado seis meses desde que o asceta Milarepa, retirado na alta montanha, em frente da zona dos glaciares, com escassas provisões, teria sido surpreendido por uma tempestade de neve que desde então, havia isolado os cumes de todo o contacto com os homens.

Convencidos de que Milarepa teria perecido, os discípulos fizeram as oferendas sacrificiais do costume aos mortos e ao aproximar-se a Primavera puseram-se em marcha, abrindo caminho entre as neves, com o objectivo de encontrar, pelo menos, os ossos do Mestre.

Numa etapa da zona dos glaciares, aparece-lhes de imprevisto um leopardo branco. Seguem-no estupefactos e ele transforma-se num tigre. À entrada da chamada “Caverna dos Demónios” ouvem-se umas vozes e um canto que os faz reconhecer Milarepa. Precipitaram-se então a abraçar o Mestre. Este havia projectado a ilusão do leopardo e do tigre como uma

espécie de sugestão à distância, tendo pressentido a chegada dos discípulos.

Ele conta que durante as suas contemplações, quase sem alimentar-se, não teria experimentado a necessidade de comer, que nos dias de festa os génios do ar e das alturas lhe haviam trazido a essência das ofertas dos sacrifícios feitos pelos homens; e que quando os discípulos, considerando Milarepa morto, haviam oferecido também os seus sacrifícios, ele os havia sentido em si mesmo, até ao ponto de sentir-se saciado de toda necessidade.

Perante a insistência dos discípulos, Milarepa consentiu em interromper a vida ascética nas alturas e descer até aos planaltos, onde perante o inesperado anúncio, as gentes acorreram alegres e exultantes. E então Milarepa, interrogado por todos, contou a história da sua estadia invernal na montanha, de como havia resistido aos elementos, ao gelo e ao vento, vencendo as forças invisíveis (os “demónios”) resguardado sob uma camada de neve. Depois disto expõe a sua doutrina:

O DEMÓNIO DAS NEVES

Onde se encontra a solidão desejada,
Ali o céu e a terra celebraram conselho,
E por rápido mensageiro enviaram a tempestade.
As forças elementais da Água e do Vento
Irromperam
As obscuras nuvens do sul acorreram
Os dois – o Sol e a Lua – foram aprisionados.
As fases da lua foram encerradas.
A uma ordem, férreas cadeias foram impostas
Aos oito planetas.
A Via Láctea tornou-se invisível
As pequenas estrelas esvaneceram-se entre as névoas
E tudo afinal ficou preso entre o esplendor das brumas.
Muita neve caiu, durante nove dias e nove noites,
Uniformemente cai durante dezoito dias-noites.
E na grande nevada
Como pássaros redopiando sobre os fogos da neve
E na pequena nevada
Agarravam-se como teias de aranha, ou com o movimento
De um enxame de abelhas:
E depois, ainda gelados como ervilhas ou grãos de painço
Em rodopiantes torvelinhos.
Adicionando-se, o grande e o pequeno nevar, formaram um estrato imenso
A branca agulha do cume gelado estabeleceu contacto com o céu
Abaixo, as árvores e os bosques foram soterrados sob o estrato de neve.
Entre os torvelinhos minguentes do alto,
E os golpes gélidos do vento do novo ano invernal,
E as vestes de pano do meu asceta Milarepa – entre

estes três.

Sobre o alto cume branco do monte de neve iniciou-se uma luta.

A neve que havia intumescido a minha barba, fundiu-se de uma vez;

Apesar de seu atroz uivar a tormenta aplacou-se.

Minhas roupas caem, como que consumidas pelo fogo.

Morto para esta vida, bati-me, firme lutador.

Lanças vitoriosas se cruzaram:

Desprezando a força do inimigo, torna-te vencedor nesta luta.

Aos homens dedicados à espiritualidade é lhes dada

Uma quantidade de força

Da qual o grande asceta possui em dobro

E o calor mágico despertado pela contemplação supre

A sensível veste de pano.¹

As enfermidades, em seus quatro grupos, foram por mim pesadas

Como se estivessem numa balança.

E quando a minha parte interior, como a exterior, se acalmou,

O alvoroço da tempestade, concluiu-se o pacto.

Torna-se insensível, tanto ao frio quanto ao vento quente,

Então o inimigo viu-se obrigado a obedecer a todas

As minhas regras.

O demónio que tinha tomado a máscara da neve – tinha-o abatido²

Desta vez o asceta foi o vencedor...

Eu sou da raça do Leão, o rei das feras;

A minha morada foi sempre a neve das alturas;

Por isto, toda preocupação, (pelo que a mim concerne) é supérflua.

Escutai-me a mim, o velho,

E às estirpes futuras transmitireis a Doutrina...

O CANTO DA ALEGRIA

Este é o meu canto d'alegria

A neve tinha-me separado do mundo.

Os espíritos aéreos das alturas traziam-me o sustento.

Contemplando a minha alma, via tudo.

Sentando-me sobre a terra baixa, ocupava um trono.

Agora eu canto os seis princípios fundamentais.

Tomando por analogia o domínio dos seis sentidos,³

Falarei brevemente das seis deficiências interiores,

Mas as seis imensidades que infundem a segurança,

Excitam o sexto modo de bem-estar espiritual...

Até que se adverte um vínculo – aqui não é o céu;

Podem ser contados – as pequenas estrelas não existem;

Ali está o aumento e a diminuição – o Oceano não existe;

Se para passar se usam as pontes – o fogo não existe;

Obstinado, o arco-íris se desvanece.

Estas são as seis analogias segundo as coisas exteriores.

Enquanto se permaneça numa vida de abundância não há contemplação;

Enquanto houver dispersão, não há meditação;

Enquanto houver insegurança, não há disciplina;

Enquanto houver dúvidas, não há ascese;

Onde está o princípio e o ocaso, não há sabedoria;

Onde há nascimento e morte, ali não está o Buda;

Estas são as seis deficiências interiores.

Uma grande fé – É um caminho até à libertação;

Ter confiança em mestres comprovados – É um caminho até à libertação;

Consagrar-se a um voto puro – É um caminho até à libertação;

Caminhar entre montanhas selvagens – É um caminho até à libertação⁴

Viver em solidão – É um caminho até à libertação;

A acção mágica – É um caminho até à libertação;

Estes são os seis caminhos da libertação alcançados por diversos meios.

A adesão primordial às coisas é a imensidade natural;

A coincidência da interioridade com a exterioridade é a imensidade do saber:

A coincidência da luz com a sombra é a imensidade do Bom Juízo;

A grande compreensão é a imensidade da fé;

A imutabilidade é a imensidade da contemplação;

A continuidade é a imensidade da alma;

Estas são as seis imensidades que infundem segurança...

Tal é o canto do asceta que meditou durante seis meses...

A angústia do coração que considera real o que condiciona a existência, é afastada;

A treva obscura das ilusões geradas pelo não-saber é dissolvida;⁵

A alva flor de lótus da visão intelectual abre agora a sua coroa;

A tocha do claro autoconhecimento é alcançada;

A sabedoria manifesta-se, distinta;

Está verdadeiramente desperto o meu espírito?

Quando olho para o alto, no meio do céu azul,

O “voto” do existente apresenta-se-me como uma evidência;

E eu não temo a doutrina da realidade das coisas,

Quando volto o meu olhar até ao Sol e à Lua

A iluminação manifesta-se distintamente à minha consciência;

E eu não temo o embotamento nem a torpeza.

Quando volto o olhar até o alto das montanhas,

O imutável da contemplação apresenta-se distintamente à minha consciência;

E eu não temo a cessante inconstância do vão teorizar.

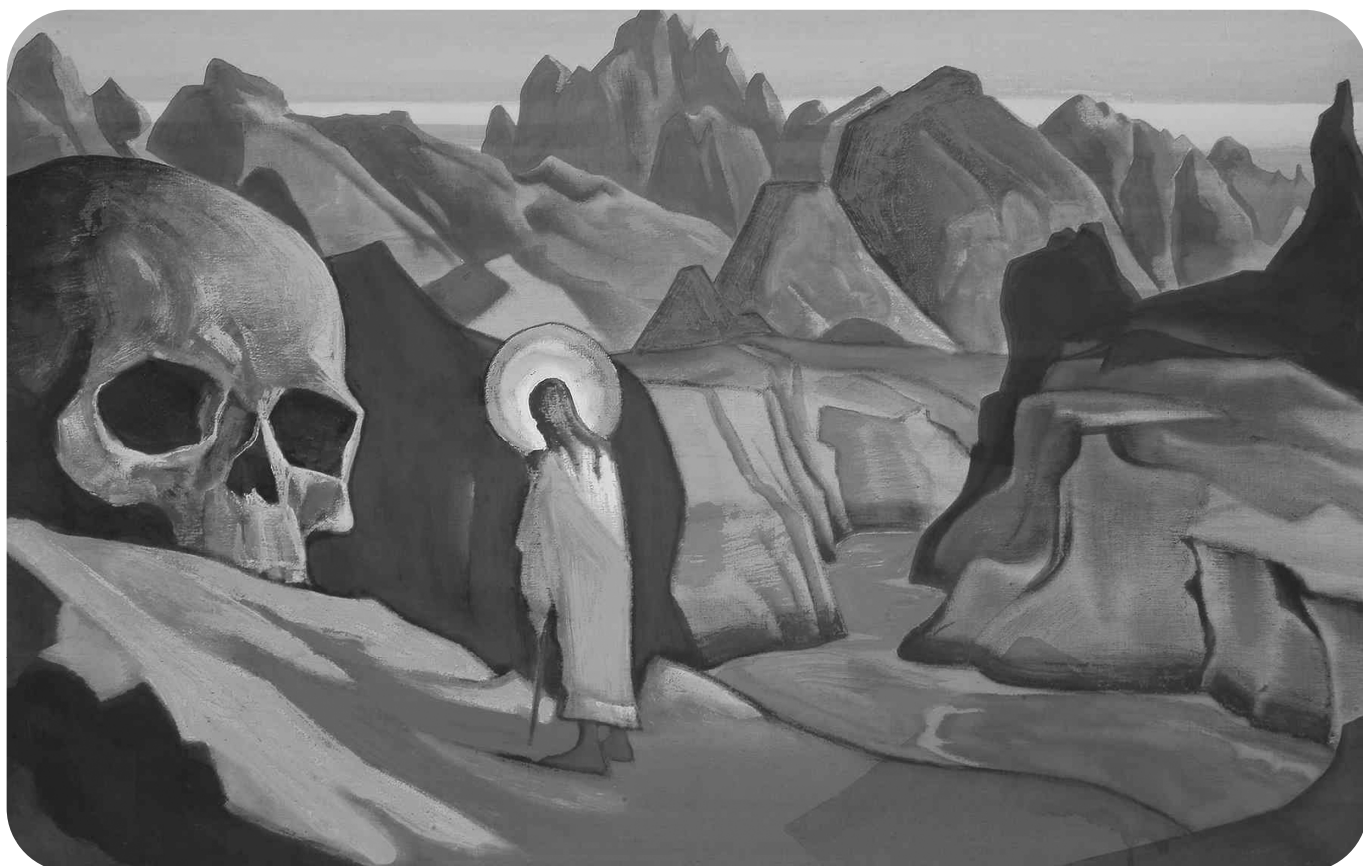
Quando olho até abaixo, no meio dos rios,

A ideia da continuidade apresenta-se distintamente à minha consciência,

E eu não temo a imprevisibilidade dos acontecimentos;

Quando vejo a imagem do arco-íris,

O “vazio” dos fenómenos é experimentado no ponto central do meu ser interior;



E eu já não temo mais, nem aquilo que perdura, nem aquilo que fenece.

Quando vejo a imagem da Lua reflectida na água,
A autolibertação, desligada de todos os interesses,
apresenta-se diáfana à consciência.

E nenhum interesse tem poder sobre mim.

Quando olho dentro da minha alma,

A Luz do interior do recipiente apresenta-se clara à consciência:⁶

E não temo mais a parvoíce nem a estupidez...

CANTO DA ESSÊNCIA DAS COISAS

O temporal, o raio, a nuvem do Sul.

Quando se manifestam, manifestam-se desde o mesmo céu.

Quando se desvanecem, desvanecem-se no mesmo céu.

Arco-íris, névoa e bruma.

Quando se manifestam, manifestam-se no mesmo ar.

Quando se desvanecem, desvanecem-se no mesmo ar.

A substância de todos os frutos e de todas as colheitas.

Quando se forma, surge da mesma terra,

Quando se desvanece, desvanece-se na mesma terra...

Rios, espumas e ondas.

Quando surgem, surgem do mesmo Oceano.

Quando se desvanecem, desvanecem-se no mesmo Oceano

Paixão, ânsia e avidez,

Quando surgem, surgem da mesma alma,

Quando se desvanecem, desvanecem-se na mesma alma.

Sabedoria, iluminação, libertação.

Quando surgem, surgem do mesmo espírito,

Quando se desvanecem, desvanecem-se no mesmo espírito.

O isento de renascimento, o incondicional, o inexplicável,

Quando surgem, surgem do mesmo ser,

Quando se desvanecem, desvanecem-se no mesmo ser.

Aquilo que se considera como demónio,

Quando surge, surge do mesmo asceta,

Quando se desvanece, desvanece-se no mesmo asceta,

Porque estas aparições são apenas um jogo ilusório da essência interior...⁷

Realizando a verdadeira natureza da alma,

Reconhece-se que o estado de iluminação não vem nem vai.

Quando a alma, iludida por aparições do mundo exterior,

Realizou o ensinamento relativo aos fenómenos,

Experimenta que entre os fenómenos e o "vazio" não há diferença alguma...⁸

Quando a natureza da alma,

Compara-se com a do Éter,

É então quando se conhece rectamente a essência da verdade.

COMENTÁRIOS

1. Os tibetanos acreditam num sinal de calor que os ascetas conseguiam produzir por via supranormal, o que lhes permitia permanecer nas grandes alturas no Inverno, em estado de contemplação. Isto não se trata de estórias fantásticas, como testemunha A. David-Neel, que viveu muitos anos no Tibete, tendo feito vida comum nestes ambientes e que teve a oportunidade de aceitar a realidade objectiva deste fenómeno. Deu ele uma descrição na conferência que pronunciou na Sorbonne e que logo foi publicada na *Christliche Welt* (n. 1-2-3 de 1928), assim como no seu notável livro *Mystiques et Magiciens du Tibet*. A qualquer leitor pode interessar muito um indício sobre o procedimento usado para produzir este fenómeno mediante a força espiritual. Depois dos exercícios preliminares, para habituar-se a estar nu ou seminu, no frio, o asceta concentra o seu espírito no ponto em que se supõe que corresponde, no corpo humano, com a força cósmica do fogo (o plexo solar). Pensa-se primeiramente num fogo escondido sob as cinzas. O ritmo de um profundo inspirar e expirar o aviva. A cinza começa a tornar-se vermelha. Toda a inspiração é reconhecida pelo asceta como uma rajada que reanima mais e mais a chama. Segue-se logo com o pensamento o reavivar do fogo, imaginando que se pausa sobre a espinha dorsal: é antes de tudo, um fio de fogo, que logo toma a dimensão de um dedo, de um braço, até que todo o corpo arde como um forno cheio de carvão incandescente. E é neste ponto quando, se a concentração foi suficientemente intensa e regular, começa a concentrar-se no corpo um calor sobrenatural. Por outro lado, ainda que de modo geralmente involuntário, fenómenos deste género também são encontrados na história do ascetismo ocidental.

2. A visão do mundo à qual se ligam tais ensinamentos é a que considera as coisas como manifestações de forças supra-sensíveis, com as quais é possível tomar contacto, para ajudá-las ou combatê-las, uma vez realizados certos estados da consciência ascética. Vencendo interiormente a força invisível da tempestade e do Inverno, Milarepa torna-se também imune contra as acções dos correspondentes fenómenos físicos.

3. Na tradição hindu, os sentidos não são cinco, como no nosso caso; são seis, porque eles também contam o pensamento, o qual, segundo esta doutrina, não é de modo algum o espírito, mas apenas um "órgão" *sui generis* usado pela consciência.

4. Indício que não deixará de interessar especificamente os nossos leitores: a experiência da alta montanha, onde está incontaminada e primordial, já



era considerada por este estranho asceta, tantos séculos atrás, como um caminho de libertação espiritual não menos fecundo de frutos que os próprios da fé, a devoção, o anacoretismo, etc.

5. O conceito do não-saber (*avidyā*) constitui a chave de toda a doutrina budista-tibetana referente à “existência condicionada”. Esta existência, que implica miséria, sede, insatisfação, agitação, nascimento, morte e renascimento, procede de uma cadeia de causas, no princípio da qual se encontra precisamente este misterioso “não-saber”, sobre o qual os textos lançam pouca luz, afirmando que o sentido da coisa pode revelar-se somente a um certo grau de desenvolvimento espiritual. No geral, pode dizer-se que este não-saber resume-se em ignorar o carácter ilusório (a respeito do ser absoluto) da realidade fenomenológica, atitude que gera um movimento até o externo e a destruição do sentido central do espírito: uma espécie de “queda” metafísica, que acaba por fazer do “eu” algo quase automático levado pela corrente do “devir”.

6. O “recipiente” é aqui, naturalmente, um símbolo do ser humano, no centro do qual arde a chama da consciência superior.

7. Estas visões tibetanas são muito interessantes e representam um ponto de vista original para além da consideração do problema de certos fenómenos supra-sensíveis, apresentando uma certa personificação. Aqui é superada, seja a atitude do que nega a realidade destas aparições, seja do que, ao contrário, as afirma incondicionalmente. Segundo o ponto de vista em questão, “demónios” e também “deuses” não são mais que “ projecções ” de certas formas profundas do espírito humano, capazes, sob certas condições, de desenvolverem o aspecto de seres independentes e inclusive, de serem “vistos”. Crer numa verdadeira realidade destas aparições é, pois, uma de muitas ilusões do “mundo condicionado”: por outro lado, elas não são tão-pouco um “nada”; mas um modo pelo qual o asceta experimenta certas for-

mas profundas do ser, antes de unir-se a um conhecimento efectivo e verdadeiramente consciente da própria natureza, digamos, “transcendental”.

8. Desenvolver a doutrina do “vazio” - *cunya* ou *cûnyata* - levar-nos-ia demasiado longe e, para dizer a verdade, conduzir-nos-ia plenamente à visão do mundo segundo o budismo tibetano (*Mahayana*). Não há nada que mais se preste ao equívoco que ela, uma vez exposta a um espírito ocidental: o que se pode, de facto, pensar, quando se diz que a essência de todas as coisas é o “vazio”? O facto é que em tais tradições, mais que de conceitos filosóficos, trata-se da transcrição aproximada de experiências interiores, para nós acessíveis mais facilmente mediante o símbolo do que por meio da teoria. Depois, Milarepa comparará a natureza da alma com a do “Éter”: recordem-se as sensações que se podem experimentar face a um amplo, livre céu, com horizontes ilimitados atrás dos cumes máximos, os céus livres sobre os oceanos, e por este caminho, nos aproximaremos da sensação do “vazio” dos ascetas tibetanos: é o estado de uma alma libertada, desligada do vínculo da individualidade física, desenlaçada da mesma violência das percepções sensíveis, porque toda esta realidade física assume quase a natureza de uma “aparição”. No ensinamento segundo o qual a substância das coisas seria “o vazio” não expressa um “niilismo”, expressa somente a transcrição do modo de aparecer das coisas quando são experimentadas por uma tal consciência libertada, própria da natureza do ser ilimitado. Aqui dá-se uma superação da ideia do “nirvana” como “extinção” e fuga do mundo. Segundo esta doutrina, quem realiza o “vazio” chegou à meta suprema, a vida no mundo e o nirvana resultam para ela na mesma coisa, e ela, segundo a expressão de outro texto, o *Kularnavatantra* (IX,9), conhece o estado no qual “não se está nem num aqui nem num não-aqui, nem o ir nem o vir, senão numa tranquila iluminação, como num oceano infinito”.

O Crepúsculo do Homem Moderno

Nas escolas, nossos professores não nos ensinaram a pensar, ensinaram-nos a aceitar a lógica do rebanho como verdade. E nós, como bons aprendizes de imbecis que somos, jamais questionamos os ensinamentos dos nossos “mestres”. Interiorizamos a doutrinação ao nível mais profundo da psique, de modo que até parece que somos nós que pensamos: um caso bem sucedido de engenharia social.

Nem ao menos sabemos quem realmente moldou nosso pensamento, apenas repetimos e repetimos, indefinidamente, as máximas que de tanta “piedade” que exprimem, seriam cristãs se não fossem ateias e humanistas seculares.

“Todos têm direito a tudo”, “Somos pela igualdade verdadeira entre os homens”, “Basta de intolerância!”... São alguns dos nossos chavões preferidos. Preconceito é crime, deveria ser punido com a morte ou prisão com direito a maus-tratos (incluindo a violação) pelas mãos das vítimas do mesmo. Vejam só, somos tão “bonzinhos” e pacíficos, que defendemos o mal contra os “maus”, mas claro... Somos sempre contra qualquer tipo de violência.

O homem bom é pacífico e compreensivo, não se importa que a sua esposa tenha amantes, que as suas filhas engravidem de negros, que seus filhos homens gostem de homens, nem que estejam entupidos de drogas. A “liberdade” não tem preço!

Não nos importamos que existam classes parasitárias de alto e baixo escalão, afinal de contas “todos têm direito a tudo”. Não nos importamos com a correcta aplicação da justiça, pois os criminosos também são vítimas e as vítimas também são criminosas. De igual forma, somos a favor do desarmamento de todos os civis, afinal são todos crianças ou bandidos; no nosso mundo as armas disparam sozinhas e apenas as armas de fogo têm o poder de matar.

Somos extremamente favoráveis à mestiçagem: se somos todos iguais em necessidades básicas e todos exalamos fedor depois de mortos, logo não existem raças superiores! Deixem que se misturem o ainu e o australóide, o latino europeu e o bantu, o eslavo e o haitiano, o cão e o gato, a quimera e o grifon... Nosso mundo é o da perversidade polimórfica: Foucault e Gramsci são nossos profetas!

Quando nos envolvemos em política, o nosso objectivo primordial é enriquecer rapidamente e é claro, defender os “nobres” princípios da democracia. Criminalizamos pensamentos sempre que isto esteja ao nosso alcance, imaginem: nós que nos “esforçamos” para manter o mundo das aparências, jamais podere-

mos tolerar que apareçam Homens mais fortes, sábios, aguerridos e determinados e nos arrebatem mais uma vez o poder das mãos pela força. Criamos então obstáculos constitucionais às Forças da Natureza, criminalizando, palavras, livros e pensamentos, que são os princípios de toda acção Humana. Nossas constituições modernas condenam e criminalizam o identitarismo, o racismo, o fascismo, o tradicionalismo, o nacionalismo, o conservadorismo original, directa ou indirectamente... Tornamos os partidários de tais ideários motivos de pilhéria, difamação e ataques descarados por parte dos nossos media, de modo que estejam eternamente afastados da política e sem nenhuma representatividade. Nós, homens modernos e cosmopolitas costumamos ter uma aparência muito bem cuidada: vestimos roupas de marcas famosas e usamos produtos de beleza outrora reservados apenas às mulheres e às mocinhas púberes. Cultuamos a beleza do nosso corpo, mas de uma forma muito peculiar: neste caso, nos importa mais a harmonia das formas do que a contenção e o desencadeamento da potência. Nem ao menos conseguimos honrar o nosso elemento titânico!

Honra? Desprezamos a honra, honra é machismo, machismo é fascismo e fascismo é tirania. Nosso orgulho está em coisas mais baixas. Amamos o luxo e a ostentação, deixemos a austeridade e a modéstia para os saloios aparvalhados.

No entanto desconfiamos de que o nosso tempo escasseie, que estamos condenados a cair perante bárbaros incultos que invadem as nossas terras, que saqueiam as nossas casas e violam as nossas mulheres. Somos impotentes perante as próprias leis que inventamos, inspirados por alguma cabala, de topo inacessível para nós.

Quando estes bárbaros controlarem tudo o que temos, já não nos restará forças para a radicalização das relações de poder. Nossos filhos, a quem acostumamos ao deleite, à passividade e ao pacifismo entregar-se-ão sem luta, como vitelas indefesas perante os carneiros.

Sabemos que o nosso tempo escasseia, e a “Era da Razão” está próxima do fim...

E então, quando tudo estiver consumado e a Razão finalmente estiver morta, das chamas do Caos e da Paixão ressurgirão os heróis e os semideuses, restabelecendo pela força a Ordem perdida, dando início a uma nova idade de ouro, livre de nossa patética presença.

Texto publicado no blog «A Maçada»
(<http://amacada.blogspot.pt>)



**«O país morre por falta de homens, não
por falta de programas... Não precisamos
de programas, mas sim de homens,
Homens Novos.»**

Corneliu Z. Codreanu